

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES torna pública a abertura de processo seletivo complementar ao Edital 133/2024/MCOM para participação de agentes públicos no Programa de Gestão e Desempenho, na modalidade teletrabalho, nos termos do disposto no [Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022](#), na [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023](#), alterada pela [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGP-SRT/MGI nº 21, de 16 de julho de 2024](#), e pela [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 20, de 21 de janeiro de 2025](#), na [Instrução Normativa Conjunta SGP-SRT-SEGES/MGI nº 52, de 21 dezembro de 2023](#), no art. 7 da [Portaria MCOM nº 12.395, de 29 de fevereiro de 2024](#), na [Portaria MCOM nº 13.087, de 3 de maio de 2024](#), na [Portaria MCOM nº 13.370, de 29 de maio de 2024](#), na [Portaria MCOM nº 13.372, de 29 de maio de 2024](#), na [Portaria MCOM nº 13.356, de 28 de maio de 2024](#), e na [Portaria MCOM nº 16606, de 19 de fevereiro de 2025](#), mediante os critérios estabelecidos neste Edital.

## 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente edital trata da seleção de agentes públicos em exercício no Ministério das Comunicações para participação no Programa de Gestão e Desempenho (PGD), na modalidade teletrabalho, nos regimes de execução parcial e integral, para início em 1º de julho de 2025 até 31 de outubro de 2025, em consonância com o disposto no [Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022](#), na [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023](#) alterada pela [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGP-SRT/MGI nº 21, de 16 de julho de 2024](#) e pela [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 20, de 21 de janeiro de 2025](#), e na [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGP-SRT/MGI nº 21, de 16 de julho de 2024](#).

1.2. A participação dos agentes públicos neste processo seletivo é **um dos requisitos obrigatórios para participação no PGD**, na modalidade teletrabalho, nos regimes de execução parcial e integral, conforme art. 7 da [Portaria MCOM nº 13.087, de 3 de maio de 2024](#), da [Portaria MCOM nº 13.370, de 29 de maio de 2024](#), da [Portaria MCOM nº 13.372, de 29 de maio de 2024](#), e da [Portaria MCOM nº 13.356, de 28 de maio de 2024](#).

1.3. O presente edital terá vigência de **4 (quatro) meses, até o dia 31 de outubro de 2025, data de finalização do ciclo 2024 - 2025**.

1.4. Agentes públicos em usufruto de férias, licenças e afastamentos poderão participar do certame, e deverão iniciar o programa na data de retorno de suas atividades.

1.5. Os candidatos selecionados para ocupar as vagas disponíveis para o PGD na modalidade teletrabalho não possuem direito adquirido, podendo, no interesse da administração, ser convocados para retorno às atividades presenciais, se necessário.

1.6. A inscrição do candidato implicará a concordância plena e integral com os termos deste Edital, seus anexos, eventuais alterações e com a legislação vigente.

## 2. DOS CANDIDATOS

2.1. Poderão participar do Programa de Gestão e Desempenho:

- I - Servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;
- II - Servidores públicos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança;
- III - Empregados públicos em exercício na administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- IV - Contratados por tempo determinado, nos termos do disposto na [Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993](#); e
- V - Estagiários, observada as hipóteses de vedação constantes no item 4. deste Edital.

### **3. DA MODALIDADE E DOS REGIMES DE EXECUÇÃO**

3.1. A modalidade considerada para a seleção deste edital é a de teletrabalho e os regimes de execução são:

3.1.1. **Regime de execução parcial:** parte da jornada de trabalho ocorre em locais a critério do participante e parte na unidade de lotação do servidor, nas dependências do Ministério das Comunicações ou em local determinado pela administração; e

3.1.2. **Regime de execução Integral:** a totalidade da jornada de trabalho ocorre em local a critério do participante.

### **4. DAS VEDAÇÕES**

4.1. Constituem hipóteses de vedação à participação no Programa de Gestão e Desempenho as dos agentes públicos que se encontrarem nas seguintes situações:

4.1.1. Já habilitados no processo seletivo interno, de que trata o Edital nº 133/2024/MCOM e do Edital nº 161/2024/MCOM, independente do regime de execução;

4.1.2. Nos primeiros 12 (doze) meses de estágio probatório na modalidade teletrabalho, regime de execução parcial e integral;

4.1.3. Agentes públicos movimentados de outros órgãos ou entidades para este Ministério só poderão ser selecionados para a modalidade teletrabalho seis meses após a movimentação;

4.1.4. Ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada de nível 13 ou superior;

4.1.5. Ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada de nível 10, na modalidade teletrabalho, regime de execução integral, no âmbito da Secretaria-Executiva;

4.1.6. Lotados na Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares, na Assessoria Especial de Comunicação Social, na Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro e na Coordenação-Geral de Cerimonial, na modalidade teletrabalho, nos regimes de execução integral ou parcial; e

4.1.7. Estagiários, lotados no âmbito da Secretaria-Executiva e da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

### **5. DA DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS**

5.1. O processo seletivo tem como objetivo o preenchimento de 59 (cinquenta e nove) vagas para a modalidade teletrabalho nos regimes de execução parcial e integral no âmbito do Ministério das Comunicações.

5.2. Até 30% (trinta por cento) das vagas remanescentes das Unidades Instituidoras que não forem preenchidas no processo seletivo, poderão ser remanejadas para outras Unidades Instituidoras, na medida que houver candidato aprovado e desde que não ultrapasse os 75% (setenta e cinco por cento) da força de trabalho total do órgão na modalidade teletrabalho, conforme art. 2 da [Portaria MCOM nº 12.395, de 29 de fevereiro de 2024.](#)

### **6. DO PROCESSO SELETIVO**

6.1. Os servidores interessados em participar do processo seletivo devem observar as condições específicas estabelecidas neste Edital, que determinam os requisitos relativos à inscrição, cronograma, prazos, critérios de elegibilidade e de seleção e demais informações necessárias.

6.2. O processo seletivo será operacionalizado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP), e homologado pela Secretaria-Executiva (SEXEC), no âmbito do Ministério das Comunicações.

6.3. O Processo Seletivo será realizado em 7 (sete) etapas, segundo as datas constantes no

Anexo I deste Edital.

6.4. As datas do cronograma constantes no Anexo I poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos.

6.5. Serão avaliadas a natureza do trabalho, a modalidade a ser executada e as competências dos interessados.

6.6. Após o resultado da seleção, deverá ser pactuado o Termo de Compromisso e Responsabilidade (TCR) entre o servidor e a chefia da unidade de execução, com as seguintes informações:

- I - as responsabilidades do participante;
- II - a modalidade e o regime de execução ao qual estará submetido;
- III - o prazo de antecedência para convocação presencial, quando necessário;
- IV - o(s) canal(is) de comunicação usado(s) pela equipe; e
- V - a manifestação de ciência do participante de que:
  - a) as instalações e equipamentos a serem utilizados deverão seguir as orientações de ergonomia e segurança no trabalho, estabelecidas pelo órgão ou entidade;
  - b) a participação no PGD não constitui direito adquirido; e
  - c) deve custear a estrutura necessária, física e tecnológica, para o desempenho do teletrabalho, ressalvada orientação ou determinação em contrário.

## **7. DAS INSCRIÇÕES**

7.1. As inscrições devem ser realizadas mediante a apresentação de documentação exigida submetida a Unidade do Programa de Gestão e Desempenho da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP\_MCOM\_PGD), exclusivamente via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) , **no período de 6 a 16 de junho de 2025**, conforme indicado no cronograma do Anexo I deste Edital.

7.2. Os candidatos deverão se inscrever em apenas um dos regimes de execução, parcial ou integral.

7.3. **A instrução do processo deverá cumprir os seguintes procedimentos:**

7.3.1. Abertura do tipo de processo "Recrutamento e Seleção - Candidatos a cargo e emprego públicos e curriculum vitae";

7.3.2. Inserção do Formulário PGD: Inscrição, Anexo II deste Edital;

7.3.2.1. O Formulário de Inscrição deverá ter todos os seus campos preenchidos e deverá ser assinado pelo candidato e as chefias até o nível de Coordenação da sua unidade de lotação.

7.3.2.2. Inserção do Formulário PGD: Critérios de Classificação, Anexo III deste Edital;

7.3.2.3. O Formulário de Critérios de Classificação deverá ter todos os seus campos preenchidos e deverá ser assinado pela chefias até o nível de Coordenação da sua unidade de lotação.

7.3.2.4. Os estagiários deverão assinar o Formulário PGD: Inscrição, Anexo II deste Edital, eletronicamente via [Gov.br](http://Gov.br).

7.3.2.5. O preenchimento da pontuação relativa aos critérios de classificação deverá ser realizado pela chefia do candidato, após análise sobre a natureza do trabalho e as competências do interessado.

7.3.2.6. O candidato deverá se candidatar apenas para a sua unidade de lotação.

7.3.3. A tramitação do processo será exclusivamente via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a Unidade do Programa de Gestão e Desempenho da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP\_MCOM\_PGD), **impreterivelmente, até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário oficial de Brasília, do dia 16 de junho de 2025.**

7.3.4. Não serão aceitas inscrições submetidas por qualquer outro meio, que não pelo Sistema

Eletrônico de Informações ([SEI](#)).

- 7.3.5. Não serão analisados os processos tramitados ou os documentos inseridos após a data de encerramento das inscrições.
- 7.3.6. Serão indeferidas as inscrições cujos formulários não contenham todos os campos devidamente preenchidos e/ou todas as assinaturas requeridas.
- 7.4. O atendimento para dúvidas na formulação da inscrição será realizado pelo endereço [pgd@mcom.gov.br](mailto:pgd@mcom.gov.br), imprerivelmente até às 14 (quatorze) horas, horário oficial de Brasília, **do dia 16 de junho de 2025**.
- 7.5. Serão selecionados os candidatos inscritos dentro do número de vagas prevista no item 5 deste Edital.
- 7.6. A inscrição do candidato implicará no conhecimento prévio e na aceitação das instruções e normas estabelecidas neste Edital, e sobre as quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 7.7. Este Ministério não se responsabiliza por inscrições não recebidas por razões de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados.
- 7.8. As informações constantes no Formulário de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se os organizadores de quaisquer atos ou falhas decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas e qualquer declaração falsa acarretará o cancelamento de sua participação neste processo seletivo, a qualquer tempo.

**8. DA ANÁLISE**

- 8.1. A Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas realizará a conferência da documentação exigida nos processos de inscrição, conforme Anexo IV deste Edital.
- 8.2. A ausência do preenchimento dos campos no Formulário de Inscrição acarretará na desclassificação do candidato.
- 8.3. A Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP) poderá realizar procedimentos e/ou solicitar documentos adicionais, caso seja necessária para análise e instrução do processo.

**9. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO**

**9.1. Pontuação**

- 9.1.1. A classificação dos candidatos será realizada por meio da soma dos critérios de pontuação, tendo preferência os candidatos que se enquadrarem nas hipóteses relacionadas no item 9.2, quando o total de candidatos habilitados exceder o total de vagas. Após a aplicação do critério de prioridade, havendo empate entre os demais candidatos, será aplicado o critério de desempate conforme item 9.3 deste Edital.
- 9.1.2. O quadro de critérios de pontuação constará no formulário de inscrição Anexo II deste Edital.
- 9.1.3. A chefia imediata do candidato deverá atribuir 1 (uma) pontuação para cada item dentro da escala de intervalo de 0 (zero) a 5 (cinco).
- 9.1.4. A classificação será apurada pela soma dos seguintes critérios:

ITEM	CRITÉRIO
1	Domínio dos sistemas informatizados utilizados pelo Ministério e/ou pela unidade de lotação.
2	Autonomia na execução das tarefas.
3	Domínio técnico sobre a atividade desempenhada.
4	Capacidade de organização e autodisciplina.
5	Capacidade de cumprimento das atividades nos prazos acordados.

<b>6</b>	Impacto no desempenho da atividade desenvolvida pelo agente público na modalidade teletrabalho.
<b>7</b>	Segurança e riscos associados a atividade desenvolvida na modalidade teletrabalho.

## 9.2. **Priorização:**

9.2.1. Sempre que o total de candidatos habilitados exceder o total de vagas, terão preferência, na seguinte ordem, pessoas com:

- a) deficiência ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes na mesma condição;
- b) idosas;
- c) acometidas de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, ou síndrome da imunodeficiência adquirida;
- d) gestantes;
- e) lactantes, e filha ou filho de até dois anos de idade; e
- f) contratadas por tempo determinado nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

## 9.3. **Desempate:**

9.4. Em igualdade de condições e pontuação, será utilizado, como critério de desempate, para preenchimento das vagas disponíveis, sucessivamente:

- a) maior tempo na unidade de lotação;
- b) maior tempo de efetivo exercício no Ministério das Comunicações, ainda que descontínuo; e
- c) maior tempo de efetivo exercício no serviço público.

## 10. **DO DESLIGAMENTO DO PGD MODALIDADE TELETRABALHO**

10.1. Poderá ocorrer o desligamento do participante da modalidade teletrabalho:

10.1.1. Por solicitação do participante;

10.2. No interesse da administração, por razão de conveniência ou necessidade, devidamente justificada, observando a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

10.2.1. Caso a avaliação do plano de trabalho seja considerada inadequada ou não executada por 3 (três) vezes consecutivas, o participante será desligado do PGD. Nesse caso, só poderá se candidatar a um novo PGD decorridos pelo menos 6 (seis) meses do seu desligamento, conforme disposto do art. 10. da [Portaria MCOM nº 13.087, de 3 de maio de 2024](#), da [Portaria MCOM nº 13.370, de 29 de maio de 2024](#), da [Portaria MCOM nº 13.372, de 29 de maio de 2024](#), e da [Portaria MCOM nº 13.356, de 28 de maio de 2024](#).

10.2.2. Pelo descumprimento do Termo de Ciência e Responsabilidade (TCR). Podendo responder administrativa ou civilmente, conforme o caso;

10.2.3. Pelo decurso de prazo de participação no PGD, quando houver, salvo se deferida a prorrogação do prazo; e

10.2.4. Demais situações previstas nos normativos pertinentes.

## 11. **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

11.1. O candidato poderá interpor recurso, no prazo de 2 (dois) dias, contados do dia posterior à publicação do resultado provisório no [Boletim de Serviço Eletrônico](#).

- 11.2. O requerente deverá inserir o Formulário PGD: Recurso, Anexo III deste Edital.
- 11.3. O requerente poderá anexar outros documentos que julgar necessários para auxiliar no pedido de recurso.
- 11.4. Os pedidos de recurso serão submetidos à Secretaria-Executiva para deliberação, e a decisão será inserida no processo de inscrição do candidato.
- 11.5. Fica resguardado ao candidato o direito de vistas à análise que subsidiou o resultado do recurso interposto.
- 11.6. Os recursos não terão validade, tornando-se sem conhecimento, se interpostos fora do prazo determinado neste Edital, conforme Anexo I.
- 11.7. Não serão aceitos recursos submetidos por qualquer outro meio, que não pelo Sistema Eletrônico de Informações ([SEI](#)).
- 11.8. O julgamento dos recursos exaure a esfera administrativa, não sendo cabível pedido de revisão ou de reconsideração de decisão.
- 11.9.

## **12. DO RESULTADO**

- 12.1. O resultado provisório do processo seletivo se dará por intermédio da publicação no [Boletim de Serviço Eletrônico](#).
- 12.2. O resultado final será publicado no [Boletim de Serviço Eletrônico](#), conforme cronograma Anexo I deste Edital, considerando o nome dos candidatos habilitados e não habilitados.

## **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 13.1. É de exclusiva responsabilidade do candidato a verificação das datas, horários e procedimentos estabelecidos neste Edital.
- 13.2. A inscrição no processo seletivo, acompanhada de todos os documentos necessários aqui descritos, implica no conhecimento do inteiro teor deste Edital e na concordância com seus termos e regras, não podendo alegar, em hipótese alguma, desconhecimento para justificar o descumprimento.
- 13.3. As informações constantes neste Edital, não dispensam o servidor de observar os normativos vigentes que regulam o Programa de Gestão e Desempenho (PGD).
- 13.4. Será desclassificado o candidato que:
- 13.4.1. Deixar de entregar qualquer documento exigido neste Edital.
- 13.4.2. Não atender a quaisquer requisitos e prazos exigidos neste Edital.
- 13.4.3. Prestar informações falsas.
- 13.5. Os anexos deste Edital estão disponíveis no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para preenchimento.
- 13.6. Informações poderão ser fornecidas pela Unidade de Programa de Gestão de Desempenho da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP\_PG D).
- 13.6.1. O atendimento será realizado exclusivamente pelo endereço de e-mail [pgd@mcom.gov.br](mailto:pgd@mcom.gov.br) no horário de atendimento ao público deste Ministério.
- 13.7. Qualquer pessoa interessada poderá impugnar o presente edital, no todo ou em parte, no prazo de 3 (três) dias, contados da sua publicação no [Boletim de Serviço Eletrônico](#), devendo o pedido fundamentado ser enviado para o e-mail [pgd@mcom.gov.br](mailto:pgd@mcom.gov.br).
- 13.8. As impugnações julgadas procedentes serão retificadas no edital e publicadas no [Boletim de Serviço Eletrônico](#) e no site do Ministério das Comunicações, e as julgadas improcedentes serão respondidas ao e-mail do impugnante, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do término do prazo mencionado no item 13.7.
- 13.9. O Ministério poderá suspender ou interromper este Edital a qualquer tempo, a seu exclusivo



juízo, sem que caiba qualquer indenização às instituições ou aos candidatos.

13.10. O Ministério das Comunicações reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

ANEXO I

CRONOGRAMA PREVISTO  
ADESÃO AO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO | 1º CICLO - VAGAS  
REMANESCENTES

O Processo Seletivo de que trata este Edital seguirá as seguintes etapas e datas:	
ETAPAS	PERÍODO
1. Publicação do Edital	05/06/2025
2. Período de Inscrição	06 a 16/06/2025
3. Conferência dos processos de inscrição	17 a 18/06/2025
4. Divulgação do resultado preliminar	23/06/2025
5. Prazo para interposição de recurso pelo participante	24 a 25/06/2025
6. Análise e deliberação dos pedidos de recurso	26 a 27/06/2025
7. Resultado dos pedidos do recurso e Divulgação do resultado final n o Boletim de Serviço Eletrônico	até 30/06/2025
8. Início do PGD	01/07/2025

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO  
PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

1. IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO			
Nome:		Matrícula SIAPE:	
Cargo:			
Ocupa cargo em comissão (CCE/FCE):	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Se sim, qual código:	
Unidade de lotação:			
Data ingresso no serviço público:		Data de ingresso no MCOM:	
Endereço:		CEP:	
Estado:		País:	
Vínculo:	<input type="checkbox"/> SERVIDOR EFETIVO <input type="checkbox"/> OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA <input type="checkbox"/> EMPREGADO PÚBLICO <input type="checkbox"/> CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO <input type="checkbox"/> ESTAGIÁRIO		
Telefones para contato:			
E-mail institucional:		E-mail pessoal:	
2. IDENTIFICAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA			
NOME DA CHEFIA IMEDIATA:			

<b>CARGO:</b>			
<b>E-MAIL INSTITUCIONAL:</b>		<b>Telefone para contato:</b>	
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO PRETENDIDO</b>			
<b>Regime de execução do teletrabalho pretendido:</b>		<input type="checkbox"/> PARCIAL <input type="checkbox"/> INTEGRAL	
<p><b>Regime de execução parcial:</b> parte da jornada de trabalho ocorre em locais a critério do participante e parte na unidade de lotação do servidor, nas dependências do Ministério das Comunicações ou em local determinado pela administração.</p> <p><b>Regime de execução Integral:</b> a totalidade da jornada de trabalho ocorre em local a critério do participante.</p>			
<b>4. INFORMAÇÕES SOBRE CRITÉRIOS DE PRIORIDADE</b>			
<p><input type="checkbox"/> Deficiência ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes na mesma condição;</p> <p><input type="checkbox"/> Idosas, conforme <a href="#">Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003</a>;</p> <p><input type="checkbox"/> Acometidas de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, ou síndrome da imunodeficiência adquirida;</p> <p><input type="checkbox"/> Gestantes;</p> <p><input type="checkbox"/> Lactantes, e filha ou filho de até dois anos de idade; e</p> <p><input type="checkbox"/> contratadas por tempo determinado nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.</p>			
<p>Ao assinar este formulário de inscrição para participação no Processo Seletivo para participação do Programa de Gestão e Desempenho, na modalidade teletrabalho, <b>DECLARO</b> estar ciente da divulgação dos meus dados pessoais estritamente necessários para a transparência pública, e de caráter administrativo, seguindo as disposições da <a href="#">Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018</a>.</p> <p>DECLARO, deter os conhecimentos técnicos requeridos e infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades na vaga pretendida, nos termos do Edital de Seleção.</p> <p>DECLARO ainda, que todas as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo o compromisso de apresentar, se necessário, os comprovantes originais, bem como assumo as penalidades por quaisquer informações falsas.</p>			
<b>AVISO:</b>			
<p>O não preenchimento de qualquer um dos campos contidos neste formulário, ou ainda, a ausência das assinaturas previstas implicará em desclassificação.</p> <p>Para ser considerado válido, este formulário deverá ter todos os seus campos preenchidos, bem como a assinatura do requerente, da chefia imediata e das demais chefias ocupantes de cargo ou função de confiança de nível 10.</p>			

### ANEXO III

#### FORMULÁRIO DE CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO</b>	
<b>Nome:</b>	
<b>Cargo:</b>	
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA</b>	
<b>Nome:</b>	



<b>Cargo:</b>			
<b>E-mail Institucional:</b>		<b>Telefone para contato:</b>	
<b>3. CLASSIFICAÇÃO E SELEÇÃO DOS CANDIDATOS</b>			
<p>O quadro de classificação deste formulário deverá ser preenchido, <b>OBRIGATORIAMENTE</b>, pela chefia imediata do candidato, conforme disposto no <b>item 7.2</b> do Edital de seleção, e seguindo os parâmetros descritos abaixo:</p>			
<b>ITEM</b>	<b>CRITÉRIO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
<b>1</b>	<b>Domínio dos sistemas informatizados utilizados pelo Ministério e/ou pela unidade de lotação.</b>	<b>0</b> Nenhum domínio	
		<b>1</b> Domínio básico	
		<b>2</b> Domínio intermediário	
		<b>3</b> Domínio adequado	
		<b>4</b> Bom domínio	
		<b>5</b> Excelente domínio	
<b>2</b>	<b>Autonomia na execução das tarefas.</b>	<b>0</b> Dependência total de supervisão direta (não consegue finalizar tarefas sozinho)	
		<b>1</b> Baixíssima autonomia (supervisão frequente e direta)	
		<b>2</b> Baixa autonomia (necessita de orientação constante)	
		<b>3</b> Autonomia moderada (necessita de confirmação em situações novas ou mais complexas)	
		<b>4</b> Alta autonomia (raramente necessita de supervisão)	
		<b>5</b> Autonomia total (completamente independente e autossuficiente)	
<b>3</b>	<b>Domínio técnico sobre a atividade desempenhada.</b>	<b>0</b> Nenhum domínio (nenhum conhecimento na área técnica)	
		<b>1</b> Domínio básico (conhecimento e habilidades limitados)	
		<b>2</b> Domínio inicial (conhecimento básico de conceitos técnicos e capaz de realizar tarefas simples com supervisão mínima)	
		<b>3</b> Domínio intermediário (bom conhecimento dos conceitos técnicos e realiza a maioria das tarefas de forma independente)	
		<b>4</b> Domínio avançado (conhecimento profundo de conceitos e habilidades avançadas)	
		<b>5</b> Domínio especializado (especialista na área técnica, com conhecimento abrangente e habilidades altamente desenvolvidas)	
		<b>0</b> Não possui nenhuma habilidade de organização ou autodisciplina	
		<b>1</b> Capacidade de organização e autodisciplina muito deficientes	
		<b>2</b> Apresenta grande dificuldade em organizar suas tarefas e manter autodisciplina.	

4	<b>Capacidade de organização e autodisciplina.</b>	3	Apresenta alguma habilidade básica para organizar suas tarefas e manter autodisciplina	
		4	É capaz de organizar suas tarefas e manter a autodisciplina na maioria das situações	
		5	Altamente organizado e autodisciplinado. Mantém rotina bem estruturada, cumpre prazos e gerência múltiplas tarefas de forma eficiente.	
5	<b>Capacidade de cumprimento das atividades nos prazos acordados.</b>	0	Nenhum cumprimento de prazos acordados	
		1	Raramente entrega as tarefas no prazo, frequentemente atrasado e qualidade questionável.	
		2	Raramente entrega as tarefas no prazo, frequentemente atrasado, porém com boa qualidade.	
		3	Entrega as tarefas dentro do prazo na maioria das vezes, com qualidade aquém do esperado.	
		4	Entrega as tarefas pontualmente quase sempre, com boa qualidade.	
		5	Sempre entrega as tarefas pontualmente, com qualidade. Gerencia o tempo de forma exemplar.	
6	<b>Impacto no desempenho da atividade desenvolvida pelo agente público na modalidade teletrabalho.</b>	0	A produtividade cai drasticamente se executada de forma remota.	
		1	A produtividade cai significativamente se executada de forma remota.	
		2	A produtividade cai moderadamente se executada de forma remota.	
		3	A produtividade se mantém igual quando executada de forma remota (comparada a forma presencial).	
		4	A produtividade é ligeiramente maior quando executada de forma remota (comparada a forma presencial).	
		5	A produtividade é significativamente maior, se feita remotamente.	
7	<b>Segurança e riscos associados a atividade desenvolvida na modalidade teletrabalho.</b>	0	A atividade envolve informações extremamente sensíveis que não podem ser acessadas fora do ambiente de trabalho.	
		1	A atividade envolve informações sensíveis que têm um alto risco de serem acessadas remotamente.	
		2	A atividade envolve informações sensíveis que têm um risco moderado se acessadas remotamente.	
		3	A atividade envolve informações sensíveis, porém de baixo risco se serem acessadas remotamente.	
		4	A atividade envolve informações sensíveis que podem ser acessadas remotamente com medidas de segurança adequadas.	

			5	A atividade não envolve informações sensíveis, ou as informações podem ser acessadas remotamente com segurança total.	
<div>AVISO:TOTAL:</div> <p>Para ser considerado válido, este formulário deverá ter todos os seus campos preenchidos, e a assinatura da chefia imediata e das demais chefias ocupantes de cargo ou função de confiança de nível 10.</p>					

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO  
PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

1. IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO			
Nome:		Matrícula siape:	
Cargo:			
Unidade de lotação:			
Telefone institucional:		Telefone pessoal:	
E-mail institucional:		E-mail (outro):	
2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INSCRITO			
<input type="checkbox"/> PARCIAL <input type="checkbox"/> INTEGRAL			
3. JUSTIFICATIVA DO PEDIDO DE RECURSO			
Fundamentar de forma clara, objetiva e com os documentos comprobatórios, caso necessário, os motivos pelos quais a decisão proferida pela autoridade competente deve ser revista.			
Declaro que todas as informações acima prestadas estão de acordo com o que dispõe a legislação, posto isso, pede-se deferimento.			
<div>AVISO:</div> <p>A omissão, em documento público ou particular, de declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa de que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante constitui crime de falsidade ideológica.</p> <p>Para ser considerado válido, este formulário deverá conter a assinatura do requerente.</p>			

ANEXO V

**CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO  
ADESÃO AO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO**

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO</b>		
<b>Nome:</b>		
<b>Cargo:</b>		<b>Matrícula siape:</b>
<b>Unidade de lotação:</b>		
<b>2. DOCUMENTAÇÃO E PRAZOS EXIGIDOS</b>		
()	Processo enviado à Unidade do Programa de Gestão e Desempenho da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP_MCOM_PGD) dentro do prazo do cronograma, Anexo I do Edital de Seleção para adesão ao Programa de Gestão e Desempenho.	
()	Formulário de Inscrição - PGD, de acordo com o Anexo II do Edital de Seleção para adesão ao Programa de Gestão e Desempenho, devidamente preenchido e assinado pelo requerente e demais chefias até o nível 10.	
()	Critérios de Seleção constantes no Formulário de Inscrição - PGD, de acordo com o Anexo II do Edital de Seleção para adesão ao Programa de Gestão e Desempenho, devidamente preenchidos.	
<b>3. ANÁLISE EQUIPE TÉCNICA</b>		
<b>AVISO:</b>		
Para ser considerado válido, este formulário deverá conter a assinatura da área técnica.		



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Secretária-Executiva**, em 28/05/2025, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12611498** e o código CRC **71F1C06E**.